

SESSÕES DO PLENÁRIO

96ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de outubro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROGÉRIO ANDRADE “1º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Cleide Vieira, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- O meu relógio marca 14h57min. Tenho a impressão que o relógio do Plenário encontra-se completamente desregulado. Gostaria de que V.Ex^a confirmasse, até para que, se fosse o caso, determinasse que o horário que marca o relógio o relógio do Plenário encontra-se completamente desregulado. Inclusive, a sessão está começando fora do horário regimental. Poderia até requerer a V.Ex^a que cancelasse a sessão, mas não vou fazer isso. Apenas peço a V.Ex^a que mande acertar o relógio, porque, salvo melhor juízo, o horário encontra-se completamente defasado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Exª será atendido, nobre deputado Paulo Azi. Quero dizer a V.Exª que, na condição de vice-presidente, com a responsabilidade de abrir a sessão, eu não tinha outra alternativa a não ser me guiar pelo painel eletrônico.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Exª tratará do mesmo assunto, deputado?

O Sr. Álvaro Gomes:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, é para concordar com o deputado Paulo Azi e sugerir que o relógio, a partir de então, seja corrigido pelo horário oficial, pelo horário exato. Eu quero concordar com o deputado Paulo Azi e dizer que, realmente, é preciso que o relógio esteja de acordo com o horário real. Talvez seja um equívoco, e é preciso que esse equívoco seja corrigido. É nesse sentido a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito aos técnicos da Casa que, por gentileza, verifiquem se o painel eletrônico encontra-se correto no que se refere ao horário.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência na sessão do dia 13/10/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Javier Alfaya, comunicando sua ausência na sessão do dia 17/09/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Yulo Oiticica, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01, 03, 17, 22 e 24/09/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, peço, inicialmente, que seja inserido nos Anais desta Casa uma matéria do Portal Vermelho, www.vermelho.org.br, com o título: “Taxação do capital estrangeiro visa controlar

agiotas”.

(Lê) *“O Brasil adota a partir desta terça-feira (20) uma medida de controle de capitais. O dinheiro estrangeiro que vier para a bolsa ou títulos públicos vai pagar 2% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).*

‘Nossa preocupação é com excesso de aplicações especulativas de curto prazo que venham a fazer uma bolha na nossa bolsa’, justificou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Somente este ano a Bolsa de São Paulo se valorizou 79%, puxada por injeções de capital estrangeiro que, segundo Mantega, chegam a 4, 5 e até 6 bilhões de dólares por mês.’”

Portanto, essa medida do governo federal tem como objetivo evitar que os agiotas busquem interferir na economia brasileira, essa que sem dúvida nenhuma, vem reagido de forma positiva mesmo diante da grave crise mundial que todos os países atravessam.

O Brasil foi um dos países que melhor enfrentou essa grave crise internacional, uma crise de especulação financeira, consequência da riqueza fictícia, porque enquanto o PIB mundial é da ordem de 60 trilhões de dólares, nós temos mais de 500 trilhões de dólares em movimentação financeira e em especulação financeira. Portanto, o Brasil, mais uma vez, busca uma ação concreta para se preservar, para controlar os agiotas internacionais.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também me referir à greve dos bancários. Na realidade, os bancários realizaram uma forte greve em todo os bancos, nos bancos privados, nos bancos federais, nos bancos públicos federais, e nós conseguimos uma grande vitória em alguns segmentos da categoria bancária. Digo “nós conseguimos” porque continuo sendo bancário, continuo sendo sindicalistas, continuo participando das atividades dos bancários.

Nos bancos privados conseguimos uma grande vitória envolvendo aumento real de salário. No Banco do Brasil também conseguimos uma grande vitória; além do aumento real, nós conseguimos também uma proposta que vem acabar com as desigualdades.

Portanto, atendendo a uma reivindicação histórica importante dos bancários que é a a isonomia entre os bancários dessas instituições, porque com a tentativa de privatização dos bancos públicos foi criada uma situação absurda: os bancários novos não tinham os mesmos direitos dos bancários antigos.

O governo Lula evitou a privatização, mas essa distorção continuou. Agora, nessa campanha salarial nós conquistamos uma vitória: a isonomia entre esses bancários.

Portanto, a greve no Banco do Brasil já foi suspensa porque foi feito um acordo, mas continuam as greves na Caixa Econômica Federal e no Banco do Nordeste, sem previsão de término.

Naturalmente que os bancários continuam firmes nesse movimento, nessa luta, buscando uma proposta que atenda às reivindicações, uma proposta que tenha realmente as mesmas condições dos demais segmentos, porque é inaceitável que a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste se neguem a atender às reivindicações dos

bancários. São todos bancos públicos, são todos bancos federais e naturalmente o acordo deve ser parecido.

Portanto essas são as considerações.

Quero saudar todos os companheiros e companheiras que estão aqui nas Galerias Paulo Jackson, os concursados da Polícia Civil, outros segmentos que estão aqui prestigiando, participando e acompanhando esta Sessão Plenária.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, falará o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a permutou com o deputado Heraldo Rocha?

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Permutei com o deputado Heraldo Rocha, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, assessoria de imprensa presente, visitantes que nos dão a honra de suas presenças nas Galerias Paulo Jackson, em primeiro lugar, gostaria de colocar que a Assembleia está parada, as comissões foram extintas. Não foi culpa nossa, há um sistema regimental que precisamos cumprir, ou seja, são três sessões consecutivas para que se instalem as comissões na Casa. Isso aconteceu por diversos erros regimentais que foram cometidos, tais como, o projeto do subteto, a alteração do Regimento Interno, projetos que estavam obstruindo a pauta, a PEC do governador, a PEC da mordomia, enfim, uma série de coisas que vieram atrapalhando o andamento normal das comissões e, conseqüentemente, do Plenário. Portanto, hoje, é o último dia para que essas comissões sejam instaladas e, amanhã, deve ser publicado no *Diário Oficial*.

A partir daí, quero dizer há os projetos da Polícia Civil, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da EBDA - inclusive, conversei, hoje, com técnicos da EBDA - e vamos sentar e analisar. Tenho certeza de que de nossa parte, da Oposição, teremos o maior interesse em votar esses projetos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, ontem, afirmei desta tribuna que estava ocorrendo uma dispensa de licitação na Secretaria da Saúde do Estado no valor de R\$ 63 milhões e, hoje, está publicado pelo jornal *A Tarde* e em vários *blogs* e *sites* da Bahia. Fomos, hoje pela manhã, Sr. Presidente, ao Ministério Público Estadual, onde reiteramos ao Sr. Procurador-Chefe a posição da nossa Bancada no que diz respeito aos processos que estão naquela Casa.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns comentários: No *Diário Oficial* de 03/04 de outubro, foi publicada uma nova dispensa de licitações para contratação de serviços de limpeza na Sesab, no valor global de R\$ 21,590 milhões, que somados com as dispensas de março de 2009 e as que ocorreram em 2008 para o mesmo

objetivo já atingem o montante de R\$ 63,514 milhões. Esses são dados do SicoF, não são dados aleatórios.

Sr. Presidente, qual o motivo da dispensa de licitação? Porque sabemos que uma dispensa de licitação para contratação emergencial deve durar no máximo 180 dias e não, dois anos e, logo que contratar de forma emergencial, se proceder à abertura de um processo licitatório, o que não ocorreu, pois desde 2008 a Sesab contrata sob a forma de dispensa.

Como explicar, também, o acréscimo de 45% do valor em 06 meses? Pois em março o valor era R\$ 14,874 milhões e passou em outubro para mais de R\$ 21,0 milhões. Por quê? Queremos respostas! Os hospitais inaugurados e reformados foram terceirizados, a Sesab sede não ampliou o seu espaço. Por que aumentou 45%?

Segundo o subsecretário da Sesab, hoje, em matéria do jornal *A Tarde*, foi acertado com a PGE a revogação dos contratos vigentes e, em novembro de 2007, a abertura de um novo procedimento licitatório e, em mais de 2 anos, isso não foi concluído, utilizando o mecanismo de dispensa, beneficiando sempre as mesmas empresas e evitando a livre concorrência...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) Qual a explicação? Este governo é tão incompetente que não consegue concluir uma licitação? Será, ou será que é para fazer caixa ou para atender aos companheiros ou apaniguados do governo?

Se rescindiriam contratos anteriores e se mantêm as contratações sob a forma de dispensa de licitação, com preços 45% superiores ao anteriormente contratados, estão incorrendo em erros piores, beneficiando as mesmas empresas e evitando a livre concorrência.

Com a palavra o Tribunal de Contas do Estado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores da imprensa, trago hoje a esta Casa um fato que precisamos discutir à exaustão: no meu entender, a Assembleia Legislativa da Bahia, através da sua Mesa Diretora, atenta novamente contra a sociedade baiana.

Perguntava-me o que levaria um deputado experiente como o presidente da Casa a querer promover a imoralidade da PEC da aposentadoria do governador Jaques Wagner que, graças a Deus nasceu natimorta e foi enterrada ontem. Só poderia ser, deputado Rogério Andrade, que preside esta sessão e representa a Mesa, uma troca de gentileza. E qual seria a gentileza que o governador Jaques Wagner está fazendo para com esta Casa para que ela, ao arrepio da sociedade baiana, se agachasse a ponto de promover uma PEC imoral como esta da aposentadoria precoce?

Está explicado aqui, deputado Luiz de Deus, no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 14 de agosto e agora do dia 14 de outubro Um aviso de licitação da Assembleia Legislativa para a contratação de empresa para a construção de edifício, anexo 3, com 4 pavimentos, térreo e mais 3 andares, interligando por passarela o edifício sede no nível S1, reforma com ampliação de cozinha industrial, estacionamento e urbanização complementar em torno do edifício. No Diário Oficial do dia 14 de outubro, o resultado do julgamento e homologação dessa licitação, em que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa adjudica a empresa Axxo Construtora Ltda no valor total de 17 milhões, 472 mil e 444 reais para construção da referida obra.

Ora, Sr. Governador, respeite a sociedade baiana! Enquanto se clama pela segurança nas ruas, os homicídios se sucedem, falta de equipamentos, falta dinheiro para contratar os delegados e agentes, o governador suplementa o orçamento da Assembleia Legislativa da Bahia em 20 milhões, e a Mesa Diretora homologa a construção de um prédio anexo de 17 milhões e meio de reais num momento de crise.

O artigo 40 do nosso Regimento Interno é muito claro, diz: Compete além de outras atribuições previstas na Constituição do Estado e nesse Regimento, à Mesa Diretora, inciso 14º, julgar as licitações realizadas pela Assembleia. No artigo 41º fala das atribuições do presidente. Portanto a atribuição e o julgamento só pode ter sido da Mesa Diretora. Quero saber se a responsabilidade é da Mesa Diretora que participou disso.

Mais uma vez, esta Casa dá um tiro no pé e afronta a sociedade baiana, num momento de crise – está aqui no Diário Oficial –, ao realizar uma obra faraônica de R\$14,5 milhões, construção de um restaurante, sem necessidade. Para beneficiar a quem? Já temos um restaurante, que, bem ou mal, atende não só os deputados, mas também os funcionários.

Para construir mais salas? As comissões nem estão se reunindo. Para aumentar o estacionamento? Nunca vi faltar vaga no estacionamento. E o governador é responsável por mais essa afronta à sociedade baiana. Quero saber qual o deputado desta Casa que foi consultado, pois eu, por exemplo, não tinha conhecimento dessa atrocidade que se comete contra a sociedade.

Sei, deputado Rogério Andrade, que V.Ex^a não participou disso. Quero saber quem foi o deputado da Mesa que participou dessa licitação que vai promover a construção de uma obra faraônica, numa afronta não somente à pobreza do nosso Estado, mas também à segurança.

Peço a V.Ex^a, deputado Leur Lomanto Júnior; Líder do PMDB; e ao deputado Heraldo Rocha; que lidera a Bancada da Oposição, que nos reunamos para tomar uma posição, que não pode ser a do deputado Elmar Nascimento. Peço a V.Ex^a também, deputado Waldenor Pereira, que não assinou a PEC da aposentadoria do governador. Precisamo-nos nos reunir, pois não pode a Mesa Diretora sozinha tomar esta decisão, que vai na contramão dos anseios da sociedade baiana: construir uma obra faraônica de R\$ 17,5 milhões, enquanto faltam viaturas nas ruas e vivemos num momento de crise, em que o governador necessita de recursos. É inadmissível que o governo

suplemente recursos para orçamento da Assembleia Legislativa a fim de que sejam utilizados na construção dessa obra faraônica, desnecessária e afrontosa em razão da situação de penúria em que se encontram as nossas estradas e a nossa segurança pública.

Vou voltar. Não vou me cansar, enquanto for levada adiante a realização dessa obra, e estarei batendo para mostrar à sociedade que um deputado desta Casa, pelo menos, é contra ela e respeita o dinheiro público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Luiz de Deus.(Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Azi. (Pausa.) Com a palavra o deputado Misael Neto.(Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Rangel.(Pausa.) Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, hoje, saiu uma nota no *site claudiohumberto.com.br* que deixou, deputado Eliedson Ferreira, os baianos de orelha em pé. Diz ela o seguinte: *Mesa de Operação...*

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, há um orador na tribuna.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- “Francisco Mendonça, o Mendoncinha, Cláudio Monteiro, o Caco, amigos íntimos do governador da Bahia, Jaques Wagner, devem ser cirurgiões muito requisitados. São citados como operadores”.

Cláudio Humberto, hoje, em toda imprensa nacional!

O Sr. Heraldo Rocha:- Eles são médicos?

O Sr. SANDRO RÉGIS:-Deputado Heraldo Rocha, eles são citados como operadores. Cláudio Humberto deixa essa informação em dúvida quando diz que devem ser médicos, porque são grandes operadores. Essa informação está hoje na coluna de Cláudio Humberto, em toda imprensa nacional.

Infelizmente, cada dia mais, a Bahia é marcada, deputado Luiz de Deus, por notas negativas na imprensa nacional. Hoje, a população baiana se alertou, e todos nós agora queremos saber quem são o Mendoncinha e o Cláudio Monteiro, o Caco, amigos íntimos do governador Jaques Wagner!

Cláudio Humberto diz ainda: “Devem ser cirurgiões muito requisitados, porque hoje são conhecidos como operadores do governo Jaques Wagner.” Deixa uma grande interrogação na cabeça de todos os baianos essa grave insinuação que o jornalista Cláudio Humberto lança na imprensa nacional. Esta Casa precisa de uma resposta do governo, porque Cláudio Humberto diz, hoje, em sua coluna, que esses dois cidadãos, dos quais nunca ouvi falar, são conhecidos como operadores do governo Jaques Wagner. É essa resposta que o governador precisa dar a todos, deputado Luiz de Deus!

Estamos falando de uma questão séria, deputado Heraldo Rocha, que leva uma interrogação à cabeça dos baianos. É preciso que este governo, que dita transparência, democracia, venha a público esclarecer o que publica – não sou eu, não! – Cláudio Humberto em sua coluna.

Deputado Waldenor, V.Ex^a, como ex-reitor, homem bem esclarecido, conhece, tenho certeza, o jornalista Cláudio Humberto, um dos colunistas políticos mais respeitados do País. Será que, agora, o governador vai querer desmerecê-lo ou dizer que ele não existe?

Concluindo, Sr. Presidente, estou nesta Casa e acredito que todos os Srs. Deputados, seja de governo, seja da Oposição, estão aguardando um pronunciamento oficial do governo do Estado para esclarecer essa nota postada pelo jornalista Cláudio Humberto, que bota interrogação nas licitações, nos contratos e em todas as operações realizadas pelo governo Jaques Wagner.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Luiz de Deus pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há poucos dias tivemos a oportunidade desta tribuna de fazer o contraditório a um pronunciamento do Líder da Maioria que falava do cem número de obras do governador Jaques Wagner. E eu dizia naquela oportunidade que essa não era a Bahia que conhecíamos, não era a Bahia onde morávamos, era uma Bahia provavelmente dos nossos sonhos.

Ora, entre uma série de analogias, fiz uma analogia do governo federal com o governo da Bahia, em que o governo estadual procura seguir a política, os passos do governo federal em matéria de propaganda enganosa. E aqui o Líder, na oportunidade, falava do programa Luz para Todos. Eu tive a oportunidade de me referir ao Programa Luz para Todos, e o deputado Yulo Oiticica fez um comentário num determinado site que o deputado Luiz de Deus não enxergava nada, que não tinha energia, traduzindo em miúdos, que eu não estava fazendo uma crítica honesta.

Eu falava que esse programa Luz para Todos que, por sinal, foi um dos pilares nas eleições passadas do governador Jaques Wagner, porque ele teve o Luz para Todos, o Bolsa-Família e a grande promessa aos funcionários públicos do aumento dos salários. Nada disso se verificou. E eu falava do Programa Luz para Todos que nada mais é do que o antigo Programa Luz no Campo do presidente Fernando Henrique Cardoso. E dizia que esse programa tinha sido criado com o objetivo de universalizar a energia elétrica para que no ano de 2008 a eletricidade tivesse chegado à casa de todos os brasileiros. Não se concluiu em 2008 e passou agora para 2010. Provavelmente em 2010 essa universalização ainda não chegará.

Então desafio o deputado Yulo Oiticica dizer onde está aqui a mentira, em que o deputado está mentido, se foi isso ou se não foi isso. Agora, quanto a justificativa, como diz V.Ex^a, de a Bahia ser campeã da escuridão, é esse o exemplo que V.Ex^a dá,

V.Ex^a sabe que a Bahia é o maior Estado do Nordeste e é onde existe a maior população rural do País: são mais de 4 milhões de habitantes.

Em sendo a Bahia muito grande, e V.Ex^a sabe que esse programa, tanto o Luz no Campo como Luz para Todos, segue o limite. Determina-se a quantidade máxima de recursos para eletrificar cada residência. Então a residência, em princípio, que tem o menor custo, essa é que tem a preferência. Então não se teve o tempo suficiente nos governos passados para se eletrificar a casa de todos os baianos.

Agora, o que quero deixar claro é que desafio o deputado Yulo Oiticica dizer aqui se isso é a verdade ou se não é. Bem como esses recursos não são recursos do governo federal. V.Ex^a sabe que ele vem de cada consumidor, quando paga a sua energia tinha lá em letras miúdas CDE – Contribuição para o Desenvolvimento de Energia.

Então, o presidente não está fazendo favor nenhum a baiano em eletrificar sua residência. Favor absolutamente nenhum. V.Ex^a sabe perfeitamente que a verdade é essa. E que nos dois primeiros anos do governo Lula foram eletrificados tão-somente os assentamentos rurais do MST. Então, ficou esse dinheiro que serviu para eleição para ele gastar e querer eletrificar meio mundo em tão pouco tempo.

São essas as considerações que gostaria de ter feito, e agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas Galerias Paulo Jackson, bem rapidamente, pelo tempo que me resta, gostaria de trazer a esta tribuna duas moções de congratulações que fizemos, uma para dois órgãos de imprensa. Nesta última semana, um deles, o jornal *A Tarde*, completou 97 anos de existência, e, no dia de amanhã, o jornal *Tribuna da Bahia* estará comemorando quarenta anos de fundação desse importante veículo de comunicação.

O jornal *A Tarde* já foi aqui muitas vezes destacado, exaltado pelo trabalho que desenvolve na Bahia e no Nordeste, esse veículo de comunicação que é reconhecidamente o maior jornal impresso do Nordeste brasileiro, comemorou os seus 97 anos de existência. De fato, quase um século de trabalhos prestados à Bahia, levando informação, cumprindo um papel social da maior relevância, destacando os principais problemas que afligem o nosso Estado. Nós queremos aqui saudar, cumprimentar dona Regina Simões, matriarca, na verdade, desse veículo de comunicação que, por décadas, vem contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado e muito contribuiu também para o processo de redemocratização do Brasil, da Bahia e do Nordeste, levando a todos os lares baianos informação a respeito das matérias de interesse da nossa população.

Quero cumprimentar especialmente as jornalistas Regina Bochicchio, Rita Conrado e Lília de Souza, que são jornalistas que cobrem o trabalho Legislativo, que

diariamente acompanham os trabalhos desta Casa Legislativa e que levam até a população baiana informações sobre a nossa atuação, atuação de todos os parlamentares. Portanto, a nossa homenagem, o nosso reconhecimento, o nosso abraço.

Ao jornal *Tribuna da Bahia* também queremos, antecipadamente, saudar, homenagear. E faço um destaque especial porque o jornal *Tribuna da Bahia* foi fundado por um parente nosso, primo carnal da minha mãe, filho de Caetité, interior do Estado da Bahia, Elmano Castro Silveira. Naquela oportunidade, quatro décadas atrás, também implantou no Estado da Bahia um jornal moderno, com equipamentos da mais alta tecnologia, trazendo ao nosso Estado a inovação no jornalismo impresso, e que de igual forma ao jornal *A Tarde* também vem cumprindo um papel relevante. Quero cumprimentar o seu diretor, atual presidente Walter Pinheiro, e toda a equipe de jornalismo, jornalistas de diferentes *Cadernos: da Economia, da Educação, da Política, do Esporte...*

Portanto, na condição de Líder do governo faço estes dois registros, prestando homenagem a esses dois jornais impressos que vêm prestando relevantes serviços ao Estado da Bahia e que são reconhecidamente dois veículos de comunicação muito respeitados na Bahia, no Nordeste e no Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTE (Virgínia Hagge):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Paulo Rangel pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiras taquígrafas, amigos e amigas da imprensa, amigos e amigas que hoje ocupam as Galerias Paulo Jackson, Sr^a Presidente, assomo mais uma vez a esta tribuna para destacar os avanços que vêm sendo experimentados pela população da Bahia naquilo que diz respeito aos avanços sociais importantes que têm feito com que exista uma elevação gradual e afirmativa nas condições de vida da população da Bahia.

A Oposição nesta Casa, Sr^a Presidente, vem a esta tribuna, cumprindo um papel importante, e traz algumas denúncias que gostaria de comentar *en passant* a respeito da Lei 8.666, apresentando algumas falhas que no meu entendimento precisam ser averiguadas, pesquisadas, para que saibamos por que a lei – diga-se de passagem, nos outros governos era bem mais agredida –, em alguns momentos, nos deixa dúvida em relação à efetividade do seu cumprimento.

Mas queria, antes de entrar no discurso a que me propus, dizer que este governo é um governo que apura, que instala sindicância, que se preocupa com o Erário e com o patrimônio público. Falo isso porque, no início desta semana, soubemos de algumas irregularidades praticadas no Ibametro e também em outra empresa pública, a Sudic. O governo do Estado se propõe a fazer, realmente, todo um

levantamento da situação, e logo, logo, mostrar à sociedade o resultado.

Mas assomei a esta tribuna, como disse anteriormente, para falar com a sociedade baiana, para dialogar com esta Casa sobre avanços importantes que dizem respeito à qualidade de vida do povo baiano.

Sr^a Presidente, temos aqui um estudo apresentado hoje demonstrando que, desde a posse do governo Wagner, a população da Bahia tem avançado gradualmente em termos de qualidade de vida. Esse avanço no panorama social da Bahia tem sido facilmente diagnosticado, mas agora temos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, feita pelo IBGE, para comprovar esta nova realidade.

Segundo levantamento realizado pela SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia, com base nos dados dessa PNAD, a Bahia apresentou, entre 2006 e 2008, avanços nos seus principais indicadores.

Citaremos agora as transformações mais relevantes ocorridas nesse período captadas por esse estudo. A população teve ampliado o seu acesso a bens de consumo, indicando melhoria da qualidade de vida em relação às seguintes situações: o acesso ao computador foi o índice que teve o maior crescimento proporcional, 63,5%, passando a fazer parte da vida de 17,3% dos domicílios deste Estado. Veja só, deputado Gildásio Penedo Filho, o acesso a computadores pela população baiana teve um crescimento de 63%!

O acesso à Internet segue num ritmo ainda maior, com um incremento de 79,8%, passando de 7,5 para 13,5 nos domicílios baianos. Isso é quase um aumento de 100% no indicador que mede o acesso à Internet na Bahia.

Outros bens de consumo que ampliaram sua presença na vida dos baianos foram os seguintes: máquina de lavar roupa, com um incremento de 32,7%; telefone, 28,3%; geladeira, 10,5%; televisão, 6,3%; *freezer*, 2,6%; aparelho de rádio, 2,2%; filtro de água, 0,7%.

As condições de moradia melhoraram de modo muito significativo – e esse é um dado importante – na zona rural. E sabemos bem como vivia e como ainda vive a população rural do nosso País, especialmente do nosso Estado. Quando o governador Jaques Wagner chegou ao governo sentiu de perto a grande necessidade dessa população, por isso trabalhou um projeto de grande importância, o Água Para Todos, com o qual já fez com que 1,5 milhão de famílias da zona rural da Bahia agora tenham acesso à água. E sabemos o que isso significa. População rural, que quando o presidente Lula tomou posse, havia na Bahia 368 mil famílias que não faziam uso da energia elétrica. Ou seja, a Bahia vivia a mais completa escuridão, principalmente nas zonas rurais dos municípios do nosso Estado.

Pois bem, melhorias em relação a moradias foram implantadas por nosso governo. Houve um incremento de 7,4% dos domicílios com acesso à rede geral de água com canalização, sendo de 33,9% o aumento entre os domicílios rurais. Acréscimo de 9,5% na proporção de domicílios com esgotamento sanitário, sendo de 118,1% nas zonas rurais, e 4,1% nas zonas urbanas. Aumento de 11,1% no número de domicílios com o fornecimento de energia elétrica. O nosso secretário do Planejamento, o grande companheiro Walter Pinheiro, destaca o esforço do governo

Wagner em descentralizar os investimentos públicos, tão necessários para reduzir as desigualdades ainda persistentes na área rural e urbana do território baiano.

A Bahia concentra hoje a maior população rural do País. Nós temos uma população estimada em 14 milhões de habitantes, dos quais, 4, 5 milhões vivem na zona rural, 14, 7% de toda a população rural brasileira. Vejam os senhores, 14,7% da população rural do Brasil habita o território baiano.

Consequentemente, temos a menor taxa de urbanização, 69, 8%, isso resulta que há uma maior preocupação do atual governo com as comunidades rurais e seu desenvolvimento tão relegado ao segundo plano nas gestões passadas.

Gostaria, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, de dizer que hoje o que se trabalha na Bahia priorizando a zona rural é dar uma importância especial no sentido, inclusive, de se combater o êxodo em nosso Estado. Nós sabemos que temos que trabalhar condições de vida digna para a população rural para que ela não venha a habitar as favelas das grandes capitais dos grandes centros urbanos. Isso demonstra a sensibilidade do nosso governo. Isso demonstrar um reconhecimento de prioridade, importante para que graves sequelas sociais, como a violência em nosso Estado, venham a ser combatidas.

Mas não ficamos só nisso. A Bahia também ampliou o seu mercado de trabalho, e ampliou de forma significativa. E mais significativa ainda foi a desconcentração em relação ao número de empregos criados, que dessa vez não ficaram concentrados apenas na capital baiana, ou na chamada Região Metropolitana.

Vejam bem os dados.

(Lê) *“o mercado de trabalho baiano mostrou avanços significativos:*

– a taxa de desemprego caiu 1,7% entre 2006 e 2008;

– o emprego com carteira assinada teve incremento de 7,9%;

– a taxa de trabalho da criança e do adolescente (10 a 14 anos) caiu 10,8%;

– o rendimento médio aumentou 26,2%;

– o número de pessoas sem rendimento no estado diminuiu 2,8%;

– a taxa de participação no mercado de trabalho baiano aumentou de 60,7% para 63,1%.

De acordo com especialistas, esse aumento da taxa de participação no mercado de trabalho indica que os trabalhadores passaram a ter uma melhor expectativa de engajamento nesse mercado. Entre 2007 e 2008 o número de ocupações cresceu na ordem de 330 mil postos, representando uma variação de 5,0% - por sinal bastante superior à média nacional de 2,8%. Tal incremento correspondeu a 54,2% de todas as ocupações geradas na região Nordeste (609 mil) no período.”

Tais resultados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, revelam o nível de compromisso do nosso governo, que encontrou um Estado praticamente quebrado, com uma educação falida, com a saúde vivendo numa verdadeira UTI, ou seja, ao invés de vivendo, morrendo numa verdadeira UTI; um Estado que foi encontrado com um índice de violência com indicadores cada vez mais crescentes; um Estado que apresentava e apresenta, infelizmente, ainda hoje, por erros dos

governos que por aqui passaram, a maior taxa de analfabetismo de todo o Brasil.

Mas a Bahia começa a mudar, e não é exagero, Sr^a Presidente, quando dizemos que ao final do ano de 2010 vamos mostrar que em quatro anos fizemos quatro vezes mais do que eles fizeram nos governos passados. Em quatro anos fizemos mais do que eles fizeram em 16 anos contínuos de governo em nosso Estado.

Esse é um governo que, passo a passo, vai implantando reformas importantes que mudarão de vez o tecido social baiano. Esse é um governo de compromisso, é um governo que consegue em tão pouco tempo implementar mudanças que fazem, com certeza – para aqueles que interpretam os indicadores que aqui estão com seriedade –, com que a Bahia não seja mais a mesma, que não existe mais espaço para o retrocesso, não existe mais espaço para as oligarquias.

Estamos, deputado Zé Neto, instrumentalizando a Bahia e há um novo modelo, inclusive, de regulamentação do capital baiano. A Bahia começa a ser mudada e, aí, temos a certeza de que, no final de 2010, a população baiana vai saber colocar de um lado aqueles que fizeram em tão pouco tempo e, do outro, aqueles que nada fizeram em tão longa passagem pelo governo do Estado da Bahia.

É isso, Sr. Presidente. Queria terminar meu discurso dizendo que o governo Wagner está de parabéns, e continuaremos rumo aos avanços de que a Bahia tanto precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PCdoB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Pelo tempo de 10 minutos falará o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Misaél Neto):- Por todo o tempo o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, boa-tarde a todos os presentes, às turmas do MST, da Fazenda, ao pessoal da polícia. Olhem, acho legal que vocês venham aqui sempre, e tenho um pedido feito aqui a Casa que é o seguinte: temos que ampliar essas Galerias, que foram construídas no tempo em que o amém estava no auge e, aí, o amém não precisava de público, só precisava do cartório da Assembleia.

Hoje, vemos que é necessário ampliar as Galerias para que tenhamos mais espaço para o debate, para a participação popular, para a compreensão que vocês têm que ter das coisas.

Meus amigos do sindicato, quero dizer a vocês que esta é uma categoria que tem sido extremamente madura, tem negociado e entendido o rumo das coisas e, aqui, se fosse pela vontade da Bancada do governo, já teríamos votado o teto. Infelizmente, alguns fazem muito discurso, mas na prática trabalham para que a coisa se conturbe. É assim que funciona.

Quero dizer ao pessoal da polícia que é da mesma forma. Nós temos, sim, interesse, o projeto já está aqui. Se houver vontade do deputado Heraldo Rocha, figura pela qual temos um grande apreço pessoal, mas politicamente, vontade é outra

coisa... Se houver vontade da Bancada de Oposição, se faz por acordo, combina-se aqui tranquilamente a votação de dois projetos importantes para o rumo dos trabalhadores da Bahia. Quero colocar isso com tranquilidade para mostrar que da nossa parte tem havido empenho.

Conhecer como funciona o dia-a-dia de uma Assembleia é importante, porque aí se vai entendendo como é que se dá o jogo político. Que ninguém se engane. A cara da sociedade é o Legislativo. Quem está aqui representa o que está lá fora. Se quem está aqui vence, é porque o que está lá fora venceu. Se o que está aqui está derrotado, o que está lá fora foi derrotado. E temos que aprender o caminho da política vivendo a política, tocando nas feridas, o que, aliás, é próprio de Wagner, é próprio de Lula, tocar nas feridas, conhecer de perto as coisas.

Agora há pouco, vim de Amélia Rodrigues, Conceição de Jacuípe, com o governador Wagner, que tem caminhado e viajado muito pelo interior da Bahia e visto de perto, tem trabalhado muito para ir mudando a realidade do Estado da Bahia onde encontramos 33% da população sem água potável. Dois milhões e 10 mil baianos já têm água potável do Água para Todos. Alguns que estão aqui talvez não saibam a dimensão do que é água limpa para uma criança. Alguns passaram 40 anos achando que nada ia mudar.

A Bahia - a Secretaria da Fazenda é que bem sabe – não poderia ficar circunscrita ao raio de 100 quilômetros da Região Metropolitana que concentra 82% de toda arrecadação do Estado. E aí o MST está certo quando diz: eu quero é terra; eu quero trabalhar; eu quero é ir para o campo; eu quero é ir para o interior. E nós estamos trabalhando no interior. São 270 postos de Saúde da Família que inauguramos e já entregamos. Vão ser 400 até o final do ano que vem. E tudo isso na mesma Bahia onde encontramos apenas 7 municípios com mais de 5 modalidades de atendimento médico.

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Há 25 ou 27 anos não se inaugurava um hospital. Esse é o retrato fiel daqueles que ficam aqui fazendo o discurso fácil, não fazem outra coisa senão resenha, buscam conturbar os dados, mas não têm a coragem de vir para aqui fazer o debate político. Qual era o projeto que a Bahia possuía? Era fincar todas as riquezas do Estado na Região Metropolitana, inchar Salvador.

Tem gente que ainda tem a cara-de-pau de vir para cá falar de segurança pública. O povo pode reclamar, a imprensa pode criticar, mas quem, César Borges, falar de segurança pública? Pelo amor de Deus, é achar que na Bahia só tem otário, é achar que na Bahia todo mundo esqueceu de tudo, é achar que na Bahia todo mundo é besta! Batia nos estudantes, maltratou os policiais militares que ficaram a vida toda sem auxílio-alimentação no interior. Abaixo do salário mínimo era o piso das duas Polícias quando chegamos na Bahia para governar.

Encontramos na Bahia só 300 carros de polícia funcionando para atender 417 municípios. Já colocamos 546, estamos contratando esta semana mais 127. É pouco. Colocamos 3.200 policiais, vamos colocar mais 3.400. É pouco, porque com a receita que encontramos circunscrita à Região Metropolitana praticamente... Por isso que

quando veio a crise internacional e as importações caíram a Bahia perdeu 700 milhões.

Temos que plantar, temos que ir para o campo, ir para o interior, valorizar a vida das pessoas do interior. Temos que colocar mais universidades com qualidade, mais hospitais. Só agora entregamos e equipamos um hospital em Juazeiro. Equipamos em Barreiras e colocamos neurocirurgia e alta especialidade. O mesmo fizemos em Conquista. Entregamos uma reforma de 12 milhões em Feira para dar um centro cirúrgico de Primeiro Mundo, melhor do que qualquer hospital particular. O cidadão entra lá e se sente bem tratado. Estamos construindo o Hospital da Criança para 270 leitos. E estamos construindo a Bahia com habitações.

Outro dia veio aqui alguém, não me lembro quem foi, falar que habitação não existe, pelo amor de Deus, é trabalhar na resenha. São 17 mil casas entregues, 26 mil contratadas só do Estado. Aqui na Bahia são 30 mil de imediato do Minha Casa, Minha Vida. Só em Feira já há 10 mil contratadas na região.

Na Bahia sabemos que há muita estrada para caminhar. E é por isso, aliás, que nós vamos para o segundo governo, vamos para o terceiro, para o quarto, o que precisar, a Bahia é que vai dizer. Vamos fazer o que Lula fez.

O governador que está aqui, tenham certeza baianos, é o governador que veio do Polo carregando tubo nas costas, tem a história do presidente que foi para São Paulo na boleia de um caminhão. Mas esses dois líderes não são líderes de nenhum projeto pessoal, são líderes de um projeto do povo brasileiro, o qual dá dignidade às pessoas, qualidade de vida, acima de tudo, condição de sobrevivência com dignidade, especialmente no Interior.

Aqueles que faziam coro aqui de que o Bolsa Família era esmola pararam de fazê-lo, porque viram a surra que tomaram nas eleições, a economia do Brasil ser respeitada no mundo inteiro e são um bando de birutas, que ficam rodando como se fossem parte do aeroporto, esperando para que lado o vento vai. Biruta de aeroporto não pode ser termômetro para política, pois termômetro para política é direção, é pé na estrada; é ir ao interior, é conhecer de perto a realidade, é fazer, como Lula tem feito diariamente, ou seja, ir até os trabalhadores, é vir para a política e conhecer de perto quem é quem, a história de cada um e de cada uma para que possamos dar a dosagem do que queremos a fim de dar continuidade às nossas vidas.

Vocês não estão, aqui, hoje, olhando para os deputado como quem olha para a vida de vocês, não! Estão aqui hoje olhando para os deputados como quem olha para a política do Estado, para onde ela vai nos levar, para onde vão nossos filhos, nossos destinos!

Quero encerrar lembrando que, no Interior, já é cansativo demais para as pessoas verem um filho chegar aos 16 anos e ter que dizer: “O destino dele é sair de perto de mim”! Não, o nosso rumo é o do desenvolvimento real de toda a classe trabalhadora neste Estado, especialmente os que estão no serviço público.

Sejam sempre bem-vindos! Aos companheiros do MST o meu abraço fraterno! Aos companheiros da Fazenda, da Polícia e aos demais representantes das categorias de servidores públicos aqui presentes tenho a dizer que esta Bancada é comprometida

com a melhoria da qualidade de vida deste Estado e que vocês fazem parte desse projeto!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PTdoB ou da Maioria para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra ao deputado Yulo Oiticica, gostaria que ainda hoje todos os Líderes partidários indicassem os nomes que irão compor as comissões, pois o prazo se esgota às 18 horas. Vou aguardar esse nomes para publicar no Diário Oficial todas as indicações. Esse é o último apelo que faço a todos os líderes Partidários para que possamos publicar no Diário Oficial de amanhã todas as indicações. O prazo encerra-se hoje, às 18 horas, impreterivelmente. Estaremos, portanto, aguardando todas as indicações para que possamos publicar no Diário Oficial.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, gostaria de saber qual a orientação de V.Ex^a com relação ao cálculo para a definição dos membros que comporão as diversas comissões. Recordo-me, se não me falha a memória, que, quando V.Ex^a destituiu os membros das últimas comissões, o governo tinha 20 deputados, a Oposição, 12 e, se não me engano, existiam três Blocos independentes: o do PMDB, o do PSDB e o do PR. E aí, Sr. Presidente, chegamos a uma situação de indefinição!

Recordo-me que quando as comissões foram dissolvidas da última vez... Sr. Presidente, peço a atenção de V.Ex^a, quando as comissões foram dissolvidas, quando V.Ex^a as dissolveu... É porque é importante, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou ouvindo, só estou anotando o que V.Ex^a está me dizendo!

O Sr. Paulo Azi:- Quando V.Ex^a dissolveu as comissões da última vez em razão da saída do PMDB da Base do governo, logo em seguida, na véspera, exatamente num dia como o de hoje, na última sessão para a indicação dos membros das comissões, V.Ex^a informou ao Plenário que estava recebendo um ofício, daquela vez do PSDB, se não me engano, e dos partidos coligados avisando que esse bloco estava saindo da Base do Governo e que, por isso, estava reabrindo os prazos para a nova indicação dos membros pelos Líderes.

Logo, pergunto-lhe: se, agora, na nova formação dos blocos, houver outra alteração de membros das diversas Bancadas, V.Ex^a vai adotar o mesmo critério de reabrir o prazo para a indicação? Não sei se V.Ex^a me entendeu!. V.Ex^a fez isso da última vez, repito, V.Ex^a fez isso da última vez quando o PSDB, exatamente na véspera do encerramento do prazo para a indicação dos membros, informou a V.Ex^a que estava saindo da Bancada da Maioria. E aí houve uma mudança completa no

cálculo para indicação dos membros que cada partido teria direito.

Então eu estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque, até esta data, o Bloco da Maioria conta – se não me engano – com 20 deputados; o da Oposição com 12; e os diversos Blocos, cada um com seis deputados, ou seja, com direito a compor a Mesa.

Então veja a pergunta que faço a V.Ex^a: se hoje, ao final do dia, houver alteração, por exemplo, nos Blocos da Maioria ou da Minoria, V.Ex^a vai reabrir o prazo, como o fez da última vez, para manter a coerência?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, o prazo encerra-se hoje, às 18h, impreterivelmente! Passei a informação ao Plenário de que a Secretaria da Mesa está à disposição para todos os cálculos, pois às 18h, pegarei lá todas as indicações.

Quero até sugerir a V.Ex^a...

O Sr. Paulo Azi:- Mas, Presidente, veja bem, posso chegar às 18h e ter direito a um ou dois membros. E aí?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a pode chegar às 18h...

O Sr. Paulo Azi:- Posso até, Sr. Presidente, ser Bancada da Maioria nesta Casa e vou indicar como Minoria?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, às 18h, vou pegar, na Secretaria da Mesa, todas as indicações.

Quero registrar que a tradição desta Casa é que os parlamentares deixem para indicar os membros no último minuto.

O Sr. Paulo Azi:- Por quê? A gente pode indicar até agora!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de esclarecer a V.Ex^a a dúvida que poderia existir: por exemplo, o PMDB tem direito a um – certo? –, o PP tem direito a um, o PDT tem direito a um, o PR tem direito a um. Isso é...

O Sr. Paulo Azi:- Bom, o PDT está na base do governo!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, se o PDT ficar na base do governo...

O Sr. Paulo Azi:- Mas é isso, Presidente, que estou dizendo a V.Ex^a. Por isso é que V.Ex^a, da outra vez, adotou, corretamente, o critério de reabrir o prazo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas agora não posso reabrir, senão...

O Sr. Paulo Azi:- Mas V.Ex^a fez isso da outra vez!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não posso reabrir o prazo, porque senão vai ficar infinitamente nisso! Toda a vez que chegar ao prazo, o partido muda, e eu vou ficar infinitamente nisso!

O Sr. Paulo Azi:- Mas não é, Presidente, porque V.Ex^a fez isso na outra vez, e é o lógico.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não posso, deputado Paulo Azi, não posso fazer isso eternamente!

(Os Srs. Deputados Marcelo Nilo e Paulo Azi falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Paulo Azi:- Mas, Presidente, como vou saber se vou indicar um ou dois membros?

(Os Srs. Deputados Marcelo Nilo e Paulo Azi falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a fala e, depois, falo eu, pois não vou discutir com V.Ex^a!

O Sr. Paulo Azi:- Só quero saber como vou indicar um ou dois membros!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a indica um ou dois membros. Se, às 18 horas, V.Ex^a tiver direito a dois membros, eu os mantereí; se tiver direito a um, mantereí o primeiro! Agora, não posso é ficar eternamente nisso. Se um partido muda todos os dias, consequentemente, nós ficaremos sem comissão durante o ano todo.

Então, quero dizer a V.Ex^a que às 18 horas vou pegar na Secretaria da Mesa quais foram os partidos que indicaram e quais foram as novas composições. Se o PDT, que é o meu partido, ficar isolado – eu informarei a V.Ex^a que ele ficará isolado –, ele terá direito a um, certo?

Então, a Presidência não pode é ficar aguardando eternamente. Por exemplo, o partido de V.Ex^a, que é uma liderança da Minoria, teve quatro dias para dizer como serão as composições. O deputado Líder do governo teve quatro dias para dizer como são as composições. Agora, eu não posso é aguardar eternamente, deputado. Vamos usar o bom senso. O bom senso, que em V.Ex^a é peculiar, V.Ex^a sempre o teve, diz que o Líder da Minoria tem de indicar os membros. Compete à Presidência apenas fazer os cálculos. E os cálculos serão publicados amanhã no *Diário Oficial*.

Agora, eu não vou aceitar é que hoje seja uma composição, amanhã de manhã seja outra e no dia seguinte seja outra. Senão vou ficar eternamente nisso. Vamos usar o bom senso. Existem diversos projetos em pauta, e eu não posso, como presidente, manter a Casa paralisada como está. Faço um apelo a V.Ex^a, se V.Ex^a quiser. V.Ex^a é Vice-Líder do governo, não ?

O Sr. Paulo Azi:- Do governo, não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se V.Ex^a quiser, nós suspenderemos por meia hora... Não, se a Liderança da Minoria quiser, se a Liderança da Maioria quiser e o se PMDB quiser, nós suspenderemos por meia hora para ver como é que vão ficar as composições, porque hoje, às 18 horas... É impreterível, deputado. Eu não posso é ficar eternamente nisso. Faço um apelo a V.Ex^a.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Concordo com o que V.Ex^a está dizendo, isso não pode ficar indefinidamente. Faço o questionamento apenas porque esse foi o critério que V.Ex^a adotou da última vez. V.Ex^a não esperou nem a publicação. Quando o deputado Paulo Câmara informou que estava saindo da base, V.Ex^a, questionado, não me lembro qual foi o deputado que o questionou, de pronto reabriu o prazo. E não poderia ser diferente, já que houve uma mudança. Eu, neste momento, estou sem condição de dizer: “Bom, a Oposição vai ter direito a um ou dois”. Se, como V.Ex^a está informando, o PDT sair, passa a ter direito a um. E aí eu não sei se o outro vai entrar. Quer dizer, fica complicado para que possamos...

Acho que poderíamos tentar buscar um entendimento, se fosse o caso, não esperar três sessões, guardar apenas o dia de amanhã para que possamos saber exatamente quais são os diversos membros, e amanhã seriam feitas as indicações.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, tendo em vista o posicionamento de V.Ex^a, 18 horas é o último prazo para as indicações. Vou convocar, conforme o art. 41, inciso IX, uma sessão para as 19 horas de hoje.

Estou convocando uma sessão extraordinária, para as 19 horas de hoje, para que os deputados, neste intervalo das 18 às 19 horas, tomem conhecimento pela Secretaria da Mesa de quais foram as composições partidárias, para que eu possa, às 19 horas, anunciar as composições, se for o caso, os nomes, para que sejam publicados no *Diário Oficial*. Quero crer, deputado Paulo Azi, que a Presidência tem o dever de preservar a Casa. Tanto é que eu não posso...

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, eu não estou discordando de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que V.Ex^a quer?

O Sr. Paulo Azi:- Eu apenas estou levantando uma decisão que V.Ex^a tomou da última vez. Eu não estou discordando de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu tomei a decisão usando o bom senso.

O Sr. Paulo Azi:- Pois é.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou usando, mais uma vez, o bom senso. Às 18 horas, se encerra esta sessão, deputado. Estou convocando uma sessão extraordinária para as 18 horas do dia de hoje, para que nesse intervalo, V.Ex^{as}, os Líderes partidários, tomem conhecimento das composições.

Quero até compreender a sua situação, porque V.Ex^a não sabe as composições. Inclusive, deputado, vou convidar os Líderes partidários para que possamos, às 18h5min, na Presidência, informar as composições. Até porque só posso divulgá-las depois que os Líderes da Minoria e da Maioria informarem. Não posso adiar por mais de 24 horas, tendo em vista que há muitos projetos importantes na Casa, deputado. Peço a sua compreensão, Excelência.

Repito, convido todos os Líderes partidários para uma reunião, depois do encerramento desta sessão, às 18h5min, na Presidência, a fim de que a Liderança da Maioria informe as composições, que ele pode apresentar isoladamente ou numa composição entre partidos. A Minoria verá cada composição para, então, indicar a proporcionalidade.

O Sr. Paulo Azi:- Presidente, concordo com o seu posicionamento. Apenas para que possamos cumprir integralmente o que diz o Regimento, V.Ex^a precisa dizer qual é a pauta de discussão, qual o projeto que vamos analisar nessa convocação extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou convocando uma sessão extraordinária para que seja anunciado, entre 18 e 19h, como ficarão – fruto dos cálculos – as composições, deputado. Estou usando o bom senso.

O Sr. Paulo Azi:- Presidente, estou entendendo que V.Ex^a está agindo com a melhor da boa-fé. O senhor pode adotar exatamente esse caminho, mas sugiro que consulte ou solicite uma orientação da Secretaria, porque a Presidência não pode convocar uma sessão extraordinária sem pauta específica.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas tem pauta específica, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- É necessária uma pauta de votação, presidente. Precisamos

votar alguma coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, o Regimento diz apenas o seguinte: (Lê) *“Ao Presidente da Assembleia compete, além de outras atribuições previstas na Constituição do Estado e neste Regimento:...*

IX – convocar, dirigir, suspender e encerrar as Sessões da Assembleia, bem como propor a sua prorrogação.”

Estou propondo que, após o encerramento desta sessão, às 19h, tenhamos uma sessão extraordinária para que possamos anunciar as composições partidárias, para que os Líderes partidários nos indiquem...

O Sr. Paulo Azi:- Presidente, vou sugerir um procedimento diferente para que V.Ex^a não incorra em erro. Seria, talvez, mais correto que às 17h30min ou às 17h40min o senhor suspendesse a sessão por uma ou duas horas, e nesse período se tentasse... Sugiro isso porque V.Ex^a não pode convocar uma sessão extraordinária sem pauta específica de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Onde está isso, deputado?

O Sr. Paulo Azi:- Se V.Ex^a for verificar, constatará que no artigo que define quando podemos convocar uma sessão extraordinária está dito que tem de haver pauta específica, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- *“Art. 94 - As sessões extraordinárias, após o Pequeno Expediente, serão destinadas exclusivamente à discussão e votação da matéria da Ordem do Dia, salvo se os Líderes ou Representantes partidários resolverem, no horários que lhes é reservado no Grande Expediente, usar da palavra ou indicar o orador.”*

Vou atender a sugestão de V.Ex^a. Suspenderei a sessão, conforme o art. 41...

O Sr. Paulo Azi:- Mais à frente, presidente, para não encerrar a sessão agora. Estou ajudando V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sei que está me ajudando. Estou até atendendo uma sugestão de V.Ex^a. Gostaria da sua compreensão.

O deputado Yulo vai falar. Depois suspenderei a sessão para que possamos...

O Sr. Luiz de Deus:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luiz de Deus para uma questão de ordem.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente, gostaria de apresentar uma sugestão para fazer os cálculos da proporcionalidade, porque V.Ex^a sabe que, como vêm sendo feitos, não é um processo muito justo, sobretudo do ponto de vista matemático.

Imagine, quem possui seis deputados, como os Blocos Independentes, tem direito a um representante em cada comissão. O DEM tem doze parlamentares e também só tem um. Essa proporcionalidade, do ponto de vista matemático – ou mesmo aritmético simples –, não está sendo justa.

Mas se o senhor pegar o número de Comissões Temáticas, 10, e multiplicar por 8, que são os membros de cada uma, teremos 80. Dividido por cada partido que tem o seu deputado representante, V.Ex^a verá que esse método é justo. Vamos imaginar, que quem tem 30 deputados terá o direito a X membros nas comissões. Isso é justo,

porque até o partido que só tiver um deputado terá representação em uma comissão. É nesse ponto que temos que modificar o Regimento para que se faça esse novo cálculo da proporcionalidade.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. O deputado Elmar Nascimento será o último orador sobre esse assunto.

Proporei a prorrogação dessa sessão por 2 horas, para que tenhamos tempo para fazer as negociações. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Está prorrogada essa sessão. Às 17h30min., seguindo a sugestão do deputado Paulo Azi, que acredito ser a mais sensata, suspenderei a sessão por 1h30 min.

Peço ao Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, ao Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, bem como ao Líder do PMDB e dos demais partidos, que depois das 17h30min., informem como ficarão as suas composições, porque para fazer as composições – o deputado Paulo Azi tem razão – é preciso saber quais foram as junções. É necessário termos essa decisão hoje, aliás, somos obrigados a ter essa decisão hoje. Peço que os deputados informem à Secretaria da Mesa, para que essa informe aos líderes partidários e esses indiquem o fruto dessa proporcionalidade.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento, e depois deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai de encontro ao que V.Ex^a propôs, que houvesse uma prorrogação de sessão. O artigo 41, no seu inciso XXIII, do Regimento Interno diz que: *Ao Presidente da Assembleia compete, além de outras atribuições previstas na Constituição do Estado e neste Regimento: XXIII - mandar proceder ao cálculo da representação proporcional dos partidos e Blocos nas Comissões, anunciando o seu resultado, de cuja proclamação caberá recurso ao Plenário.*

A sugestão seria que V.Ex^a prorrogasse a sessão, e logo após às 18hs, no primeiro minuto, anunciasse o resultado desse cálculo e a partir daí, no horário dessa sessão, as lideranças indicariam os Srs. Deputados, e V.Ex^a atenderia o que já se predispôs a fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, na realidade as propostas são quase iguais. Prorrogamos a sessão para dar tempo para a discussão, às 17h30min suspenderemos a sessão, e convido os líderes à Presidência para que sejam informados os cálculos. O deputado Paulo Azi tem razão, e a indicação de cada partido dependerá dos cálculos. Fica essa decisão, e espero que V.Ex^a use o bom senso para chegarmos a um denominador comum.

Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, estamos diante de um debate inusitado, porque os colegas que me antecederam nas suas questões de ordem perguntam como calcular, revelando uma indefinição de posicionamento desse ou daquele Bloco, dessa ou daquela Bancada.

Na minha opinião, Sr. Presidente, o que deve nortear os cálculos que todos nós, preliminarmente, temos é, sem dúvida nenhuma, o anúncio formal à Secretaria da Mesa, dessa ou daquela Bancada, desse ou daquele Bloco de permanecer ou não na posição anterior, vamos dizer assim.

Assim, quero concordar com a decisão de V.Ex^a e com os colegas de determinar esse horário limite, mas quero chamar atenção que para que os cálculos sejam processados necessário se fazer que as comunicações sejam escritas e entregues à Secretaria da Mesa para que V.Ex^a, no momento oportuno, obedecendo o que o deputado Elmar Nascimento a pouco destacava no inciso XXIII do artigo 41, possa apresentar para todos o resultado dos cálculos procedidos. Mas isso só será possível, naturalmente, se houver o encaminhamento formal à Secretaria da Mesa da decisão dos Blocos ou Bancadas que compõem esta Casa Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor Pereira foi muito explícito em suas ponderações. A Presidência precisa saber às 18 horas como cada partido vai-se posicionar para que, entre às 18 horas e 19h30min, os Líderes indiquem, para que possamos publicar no *Diário Oficial* de amanhã. Não podemos, sob hipótese alguma, não indicar esses nomes hoje, sob pena dos projetos continuarem paralisados.

O Sr. Leur Lomanto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto:- Sr. Presidente, a dissolução das comissões foi feita quando o PMDB deixou a Base do governo. Quero fazer esta questão de ordem em relação à suplência das comissões. O PMDB fez suas indicações, em relação às suplências, e não foi atendido em nenhuma delas. Gostaria de questionar V.Ex^a sobre quais critérios existem para serem preenchidas as vagas de suplência das comissões, para que o PMDB possa saber quais as comissões a que o partido tem direito às suplências e, assim, fazer as indicações.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Leur Lomanto, em sua questão de ordem, tem toda razão. Por isso que estou convocando uma reunião dos Líderes partidários para as 17h40min, no Salão Nobre.

O deputado Paulo Azi poderia comunicar ao seu Líder que às 17h40min estarei esperando todos os Líderes partidários no Salão Nobre, para que façamos um acordo político. Esta é a Casa do acordo. É inaceitável que os projetos fiquem parados neste momento.

Nesta reunião, todos os Líderes terão que me informar as composições. Saindo desta reunião, voltaremos para as comissões e os Líderes indicam os seus deputados.

Lembrando aos Srs. Deputados que às 17h30min vamos suspender a sessão, para que possamos chegar a um acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de 10 minutos.

(O deputado Edson Pimenta assume a Presidência da sessão em substituição ao deputado Marcelo Nilo.)

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, deputado Edson Pimenta, muito me honra ter V.Ex^a na Presidência desta sessão; Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores na Galeria Deputado Paulo Jackson, quero saudar, de modo bem especial, nosso companheiro Márcio Matos e o companheiro Eudes Valeriano, ambos militantes do MST, da direção nacional desse importante movimento brasileiro; quero saudar também o nosso companheiro Fulgêncio, liderança importante na luta desse movimento aqui na Bahia. Bom tê-los aqui, na Galeria Deputado Paulo Jackson, que foi um companheiro sempre atuante na defesa dos movimentos sociais.

Sr. Presidente, quero iniciar meu pronunciamento lendo Bertolt Brecht, que dizia:

*(Lê) “Do rio que tudo arrasta
se diz que é violento
Mas ninguém diz violentas
as margens que o comprimem*

Esta frase sintetiza a crueldade, a mistificação e a hipocrisia daqueles que, em sendo defensores da injustiça e do privilégio, clamam contra os lutadores sociais e os movimentos que lutam por justiça, vida e dignidade. O processo de criminalização dos movimentos sociais em geral, e o MST em particular, orquestrado pelas forças reacionárias do campo e da cidade, pelo PIG (Partido da Imprensa Golpista), pela bancada ruralista e pelo poder econômico é parte de uma campanha de retomada da iniciativa política das forças conservadoras, que, em última instância, pretendem derrotar a alternativa dos trabalhadores, desorganizar os lutadores sociais e os movimentos, judicializando e criminalizando as demandas sociais e suprimir as conquistas e avanços que o povo brasileiro tão arduamente conquistou no último período.

O MST é a bola da vez, mas não tenhamos a ilusão que, uma vez abatido o MST, muitos outros movimentos se tornarão alvos, pois o que está em jogo é a tentativa desesperada da direita de retomar a iniciativa política para reconquistar o domínio absoluto sobre o Estado brasileiro. Cada ataque ao MST traz em si dois objetivos, um ideológico, de classe, que é contrapor, no terreno das ideias, da luta pelas mentes e almas, qualquer conceito de justiça e igualdade que não esteja estritamente nos marcos da institucionalidade burguesa e portanto seja "aceito" e "permitido" pelas classes dominantes como parte da paisagem de uma democracia apenas "adjetiva e formal". O outro objetivo é eminentemente político, é desgastar e fustigar o governo Lula, colocar uma cunha entre o governo Lula e os movimentos e paralisar, de uma vez por todas, a reforma agrária no Brasil.

Os movimentos sociais e o governo têm que ter clareza da armadilha que a direita nos preparou e contra-atacar sem vacilações. Temos que denunciar que o jogo daqueles que clamam contra a suposta violência do MST é a defesa do latifúndio e do seu irmão gêmeo, o agronegócio, é a defesa da grilagem e dos assassinatos impunes no campo, pois apesar de toda a grita dos setores reacionários e do Partido da Imprensa Golpista - PIG, são os sem-terra, os pequenos agricultores, os posseiros e os dirigentes sindicais rurais que continuam a ser

assassinados aos magotes, na maioria das vezes, sob a complacência do poder econômico e político, da justiça e da imprensa monopolista. As regiões em que impera o trabalho escravo e infantil são os polos do agronegócio (Oeste da Bahia, região de Balsas no Maranhão, Sul do Pará, interior de São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). O desmatamento na Amazônia, a destruição das nascentes, o envenenamento do solo, a pobreza e a exclusão social são os legados que a pecuária e lavoura extensivas e voltadas para a exportação deixam como legado para as gerações futuras.

A elite brasileira se caracteriza pela violência, pela hipocrisia e pela mistificação. A violência de classe é recorrente na história brasileira e, mais ainda, na história da reforma agrária no Brasil. Episódios como o Quilombo dos Palmares, Canudos, Contestado, Caldeirão e Pau de Colher, Trombas e Formoso, entre outras experiências de lutas camponesas por terra, justiça e liberdade, resultaram em reações sanguinárias por parte da elite brasileira e verdadeiros massacres em que tombaram inúmeros heróis do povo, como Zumbi, Antônio Conselheiro, Pajeú, monge José Maria, Maria Rosa, Adeodato e Zé Porfírio. Essa mesma elite que perpetrou e perpetra tantos crimes (os massacres e assassinatos de camponeses estão aí e não me deixam mentir), tem a desfaçatez de acusar o MST de violência. Qual a verdadeira violência? A das vítimas ou a dos algozes? A dos que, há 500 anos, oprimem e dominam ou a dos que procuram a justiça e a libertação? Não temos dúvida de que lado estamos, estamos com as vítimas, não com os algozes; estamos com os sem-terra, não com os grileiros e latifundiários; estamos com o MST, e não com a bancada ruralista e a UDR.”

Crime! Violência! Quem são os criminosos deste País?

Vale lembrar que o Censo Agropecuário de 2006 – e são esses exatamente os dados que dizem que não são esses latifundiários que põem o alimento na mesa do povo brasileiro –, divulgado recentemente revelou: a agricultura familiar, na qual se incluem os assentamentos, embora ocupe apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, é responsável por 40% do valor bruto da produção gerada. E é ela também que mais emprega, sendo responsável por 75% da mão de obra no campo.

Portanto, senhores e senhoras, discutir quem são os criminosos pressupõe fazer o grande debate da reforma agrária em nosso país, perguntar quem é que usa 713 milhões de litros de veneno, por ano, nas terras agricultáveis do Brasil. Mas a velha elite e grande parte da grande imprensa brasileiras dizem que violento é o MST. Que injustiça pratica o MST? Que empresa é essa tal que produz suco de laranja e para onde vai esse suco?

Concluindo, Sr. Presidente, a Comissão da Pastoral da Terra lembra que essa área – que, recentemente, vem a imprensa brasileira... – faz parte de um complexo de 30 mil hectares, divididos em várias fazendas e pertence a União! A Fazenda Capim, com mais de 2,7 mil hectares, foi grilada, grilada, portanto, invadida pela Cutrale há quase 5 anos!

Portanto, Sr. Presidente a Cutrale sabia que aquela terra era da União e

invadiu-a. Aquela terra produz suco de laranja para quase 100% ser exportado! É a velha elite latifundiária roubando área pública, usando de forma criminosa terra da União para produzir laranja e exportar quase 100% do suco a fim de enriquecer aqueles poucos brasileiros privilegiados, que fazem parte de uma minoria.

Vale lembrar que 1% dos donos de propriedades rurais no Brasil possuem 46% das terras, portanto, 98 milhões de hectares! Aqueles que estavam naquela fazenda ocuparam terra da União, não a depredaram. Não foi à toa que o MST pediu que fosse constituída uma comissão independente para investigar quem derrubou os laranjais com tratores. Todos lembramos os velhos métodos da ditadura militar herdados e ainda exercitados pela velha elite econômica do país. Ela é que é *expert* em forjar situações para criar imagens fortes como aquelas, fortes, para pôr no banco dos réus o MST, que não merece isso, e sim estar entre os brasileiros mais importantes deste País, porque são homens e mulheres que, como esses que ocuparam a tal fazenda, têm a coragem de estar, há 10 anos, ocupando as estradas, embaixo de lona, sofrendo as intempéries da natureza – calor de mais, frio de mais –, além de fome de mais, miséria de mais, descaso de mais!...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, o tempo de V.Ex^a se encontra literalmente esgotado.

O Sr. Neto:- Um aparte, deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- O meu tempo está esgotado, mas queria pedir a gentileza de V.Ex^a para conceder um pequeno aparte ao nosso companheiro Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr^a Presidente, queria registrar o meu protesto também, deputado Yulo, quanto à situação que se vive no momento em que a grande mídia faz um debate único, com o interesse único, sem pluralizar o pensamento, sem pluralizar as formas, e não faz o debate, melhor dizendo, faz a imposição da informação e não dá espaço para os esclarecimentos sejam feitos pelo MST e pelos movimentos sociais.

Criminalizar, como a *Veja* fez, criminalizar como a *Globo* colocou, acho que nós aqui nesta Assembleia, independente de Partido, independente de posição, devemos, sim, defender a democracia para que se tenha o espaço para que todos os movimentos sociais ou qualquer um que seja atingido da forma que o MST foi tenha também a condição de expor o seu ponto de vista.

Neste momento o deputado Yulo o faz, coloca aqui o posicionamento do MST, coloca o pensamento do movimento social, faz uma avaliação histórica profunda e necessária. E fica aqui, evidentemente, o meu apoio a V.Ex^a neste instante em que se coloca neste Parlamento, como um parlamentar que busca, acima de tudo, a preservação da democracia.

Quero colocar, mais uma vez, se nós não tivermos o cuidado de fazer com que as concessões públicas que são dadas a empresas que hoje estão na televisão, estão nas rádios, que estão formando opinião neste Estado, neste País, obviamente estaremos logo logo, fadados a um processo ditatorial, vindo principalmente desses setores econômicos organizados que usam a mídia como mecanismo maior.

O Sr. YULO OITICICA:- Obrigado. Incorporo o aparte de V.Ex^a e concluo,

Srª Presidente, agradecendo pela gentileza que é peculiar a V.Exª, dizendo que é importante que façamos esse debate que eles não têm a coragem de fazer; que eles o fazem sempre através dos grandes meios de comunicação...

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- (...) e precisamos dizer claramente que a tentativa, Srª Presidente, de criminalizar o movimento social encontrará, sim, o enfrentamento por parte daqueles que clamam por justiça, liberdade e democracia. Vida longa ao movimento que orgulha o Brasil diante do mundo; vida longa ao MST.

((Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.))

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Yulo Oiticica:- Srª Presidente, falará a deputada Neusa Cadore.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore pelo tempo de até 10 minutos.

A Srª NEUSA CADORE:- Srª Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, queria saudar os companheiros e companheiras nas Galerias Deputado Paulo Jackson...

O Sr. Gaban:- É do PTN.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado, assumi a Presidência agora. É o horário do PTN?

O Sr. Gaban:- É do PTN.

O Sr. Yulo Oiticica:- Dá para remanejar?

O Sr. Gaban:- Pois não.

A Srª NEUSA CADORE:- Obrigada, deputado Gaban.

Queria saudar, de maneira especial, os companheiros do MST e também parabenizar o deputado Yulo Oiticica pela fala forte e contundente.

Queria lembrar que um grande desafio da sociedade brasileira e dos moradores das periferias, dos moradores do campo, é a luta pela terra e também a luta para ficar na terra.

Nesse sentido, gostaria de registrar com muita alegria, um evento importante que acontece esta semana, sediado no município de Pintadas, no Colégio Estadual Normal de Pintadas. Um evento que vai refletir sobre esse desafio que é o trabalhador do campo apropriar-se, “empoderar-se”, para poder dentro desse contexto, que é o contexto vivido pelas pessoas da zona rural e, particularmente, do semiárido, esse desafio enorme que é poder sobreviver com dignidade.

Pintadas vai realizar, mais uma vez, porque é a nona edição, a Feira do Conhecimento, uma iniciativa da Escola Normal, que, neste ano, vai reunir especialistas, a exemplo de professores da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Federal da Bahia, num evento em que, por três dias, a comunidade vai debater novas perspectivas de produção de alimentos na agricultura familiar.

Acho muito importante que, num momento de estiagem, num momento em que muitos municípios decretaram situação de emergência, uma comunidade se proponha a contribuir, através do debate, para difundir e popularizar ciência e tecnologia de produção de alimentos com foco nos modelos inovadores da agricultura familiar, modelos que, felizmente, hoje, são uma realidade, mesmo no semiárido, que combinam a necessidade de adaptação à seca, a necessidade do aprendizado da convivência com o semiárido e a necessidade de se encarar a realidade das mudanças climáticas.

Esse é o objetivo da Feira do Conhecimento que vai acontecer nos dias 22 a 24 de outubro de 2009 na Escola Estadual Normal de Pintadas. Queria parabenizar a escola, parabenizar a comunidade toda que, durante esses três dias, vai dar a oportunidade para que Pintadas e a região conheçam os resultados de pesquisa sobre os temas que estão sendo produzidos com a participação dos próprios alunos. Durante estes três dias também será apresentado um mapeamento importantíssimo sobre produção e consumo que foi realizado em Pintadas, pela Rede Pintadas, uma rede de organizações que promove o desenvolvimento local e a Universidade Federal da Bahia. O projeto tem como proposta conhecer as cadeias produtivas do município e utilizar esse levantamento para subsidiar o planejamento de ações a longo prazo. Dentro da programação, vai acontecer ainda o Fórum Adapta Sertão, onde será apresentado esse importante projeto que está sendo realizado nos municípios de Baixa Grande, Quixabeira e Pintadas, que apresenta um novo modelo de agricultura, um novo modelo de industrialização e de comercialização dos produtos, com vistas a criar estratégias de adaptação ao semiárido e às mudanças climáticas.

O Fórum Adapta Sertão tem por objetivo enriquecer as discussões e reflexões sobre as iniciativas que estão acontecendo nesse espaço, ampliar a rede de parceiros e colaboradores e, sobretudo, socializar lições importantes que estão sendo aprendidas. Esse projeto está sendo desenvolvido com o propósito de se tornar uma tecnologia social a ser replicada em toda a região do semiárido do Nordeste. A visão articula a adaptação à mudança climática associada ao desenvolvimento rural, tendo como principal eixo, o que é muito importante, a agricultura de pequena escala, valorizar esse segmento da agricultura de pequena escala. O projeto, que abrange esses três municípios, e que é um desdobramento, é uma evolução do projeto Pintadas Solar, é uma experiência premiada em nível internacional, uma experiência que disputou com 400 iniciativas de todo o mundo, e que prega o desenvolvimento de estratégia de produção de alimento com o uso de energia renovável e a utilização da irrigação. Nesse evento, na Feira de Conhecimento, quem a Pintadas for, poderá visitar estandes de exposições e os sistemas de gotejamento, de irrigação e de organoponia, que hoje já são uma realidade.

Teremos a participação do professor Emílio Lebre, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com atualíssimo tema “Desafios e Oportunidades da Adaptação às Mudanças Climáticas”.

A Feira do Conhecimento deste ano quer chamar a atenção para a possibilidade de produzir-se no Semiárido, garantindo a sustentabilidade ambiental, a segurança

alimentar, a geração de renda e a qualidade de vida. Desde 2001, o Colégio Estadual Normal de Pintadas realiza essa atividade não só como forma de ampliar os horizontes educativos dos seus mais de 600 alunos, mas também de refletir o que é uma escola que está antenada com os desafios da comunidade local, da região. Este ano, traz esse tema relevante para o debate e o compartilhar importante dessa experiência.

Pintadas fica a 250 quilômetros de Salvador, no Semiárido, tem 11 mil habitantes e se caracteriza por essa luta de décadas em torno de projetos de convivência no Semiárido, projeto esse sustentado pela mobilização popular. Essa situação vem crescendo, esse processo vem ganhando força graças à articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada, que têm articulado, desde a década de 80, diversas ações com a finalidade de incentivar a agricultura de pequena escala gerar trabalho, renda, propiciando, assim, mais saúde e melhor qualidade de vida. Apesar de ser um município pequeno, conta com parcerias importantes, nacionais e internacionais, algumas consolidadas desde a década de 80.

É com satisfação que faço esse registro e parabênizo o município, que num período de estiagem, em situação de emergência, apresenta à sociedade e à Bahia a realização de um evento que aponta para novas possibilidades, reafirma, mesmo no período de seca, a crença de que a agricultura familiar, a pecuária, de forma apropriada, são atividades que têm, sim, perspectivas para oferecer dignidade a todo o povo do Semiárido.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Misael Neto, quero pedir-lhe desculpas, porque o presidente que me antecedeu não deixou registrado o nome dos oradores nem o dos partidos.

Mas, agora, no horário do PTN, gostaria que fosse indicado orador.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr^a Presidente, por todo o tempo, falará o deputado Gaban.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, a Bahia parece que ainda não acordou! Não bastaram os incêndios a ônibus, não bastou a metralhagem às viaturas policiais, aos postos da polícia, não foi suficiente o toque de recolher em vários bairros! Parece que a segurança pública continua uma maravilha.

Hoje uma matéria de *O Globo* diz que o Rio de Janeiro – onde, anteontem, o crime organizado chegou a derrubar um helicóptero da Polícia Militar – investiu, este ano, em segurança pública, 24% do que tem, ou seja, R\$ 102 milhões. Pasmem, Srs. Parlamentares, que se reclama que se investiram apenas 24% em segurança pública, este ano, e a Bahia está esperando o quê? Este ano investiu apenas 9,8% em segurança pública? Se o Rio de Janeiro investiu, este ano, R\$ 102 milhões, a Bahia investiu 14 milhões, pergunto, deputado Heraldo Rocha, o que se está esperando?

Matar quem? Algum parente próximo de um secretário, do governador, para depois se tomar providências? Será que o exemplo do Rio de Janeiro não adiantou, assim como o que tinha acontecido em São Paulo, sobre o que vimos alertando há muito tempo? À medida que alertamos, parece que piora.

O governo da Bahia muito pouco em 2007, apenas R\$ 58,7 milhões; em 2008, investiu, R\$ 18,8 milhões, menos de um terço; em 2009, o governo da Bahia piorou, investiu menos que R\$ 14 milhões, menos que 10%. Então eu afirmo: é a morte anunciada, não tem solução, e o disparate é tão grande que vemos quem controla o caixa, que é o guarda-caixa do governo, guarda-livros, que é o Sr. Carlos Martins, aplicar mal, Ele libera dinheiro para ele mesmo gastar. Na era da nota fiscal eletrônica, ele contrata um prédio de R\$ 12 milhões em Correntina. Equivalem ao que se gastou em segurança pública em dez meses de governo, R\$ 13,9 milhões. Praticamente o que se vai gastar em Correntina é o que o governo está gastando em segurança pública durante os dez meses.

Estive em Porto Seguro. A população está apavorada porque sabe que agora a Operação Verão pega todos os militares daquela região e leva para Porto Seguro para dar segurança. Muito bem, os turistas são muito bem-vindos, precisamos dos turistas, mas e o povo que fica lá o ano inteiro? Só vai haver proteção para os turistas na época do verão?

Aqui não se faz nada, não acontece nada, e aí o próprio secretário, que está construindo um prédio de R\$ 12 milhões, de um total de R\$ 14,4 milhões que ele vai gastar em melhorias de prédios no interior do Estado. É o mesmo valor que está gastando em segurança pública, é um péssimo exemplo, gasta 25% do que gastou em segurança pública em dez meses para dispensar licitação para dar treinamento. Dar treinamento num momento desses? O que precisamos é de segurança. Vejam o exemplo do Rio de Janeiro. Já tivemos o exemplo anterior da queima de ônibus e ficamos quietos aqui. Metralharam postos da Polícia Militar e ficamos quietos. Agora derrubam helicóptero. Estão esperando o que aqui na Bahia, que não investe, o que este governo está querendo fazer? Vai é entrar com um projeto aqui para dar aposentadoria para esse governador que aí está, que fica quatro anos. Queria uma aposentadoria para o resto da vida, e o governador Wagner deu o parecer dele na imprensa dizendo que era favorável a ter aposentadoria para o resto da vida, com salário de ex-governador, para ter Polícia Militar dando cobertura a ele, para ter secretária paga pelo Erário, para ter carro pago pelo Erário.

Parece que está tudo uma maravilha, e de repente ele dá uma de Lula: “Não, não fui eu”. Mesmo ele tendo dado uma declaração favorável, ele não é culpado, ninguém é culpado. É Jesus Cristo. Jesus Cristo deve ser o culpado de ter apresentado o projeto, porque agora ninguém sabe da autoria do projeto na Casa, ninguém sabe quem foi, eu não fui porque, dentro dos 46, eu não assinei, mas fica a dúvida, entre os 46 que assinaram, sobre os cinco. Esses cinco são os responsáveis? Não dão o nome, ninguém tem nome, nada acontece, fica desmoralizada a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que está para votar na semana que vem, quando instalarem as comissões, mais uma inconstitucionalidade, das inúmeras. Não basta o trem da

alegria patrocinado, como já disse ontem na presença do deputado Álvaro Gomes, o patrocínio do “*trem da alegria*” feito pelo PC do B e pelo Carlos Martins, que é impor um desgaste a Assembleia ao aprovar aquele projeto inconstitucional, mudando as atribuições dos agentes de tributos para exercerem funções dos auditores fiscais. Nós alertamos na época que ia ser um trem da alegria, porque os agentes iriam entrar na Justiça pedindo isonomia salarial, e já começou o trem da alegria, já tem o primeiro projeto lá, e a Casa fica quieta.

Vai aprovar um outro agora, também inconstitucional, porque ainda tem a Maioria, esse governo já contou com 51 deputados, hoje está com 35, não sei até quando vai continuar com a Maioria, mas, por enquanto ainda tem e está querendo aproveitar esses últimos momentos para aprovar um outro projeto inconstitucional, criando em desacordo com a Constituição Federal, um subteto, para diferenciar do teto do governador. A Constituição Federal é muito clara. O que estabelece o limite, o teto salarial no Estado é o salário dos desembargadores. Tanto é que há um projeto que vamos votar aqui, é um projeto do Judiciário pedindo que a gente reajuste o salário dos desembargadores para 90,25% do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal, e vamos ter que aprovar, porque é o que determina a Constituição. Diz que o limite do servidor público é o salário do Exm^o. Sr. Governador. Ele que quer uma aposentadoria, “*queria*”! Porque a imprensa bateu, bateu pesado, os segmentos organizados da sociedade se manifestaram e ele teve que recuar. Recuou por enquanto, pelo que eu li na imprensa, quando passar a eleição, vão tentar novamente. Mas não vão conseguir. Eles serão Minoria, a Maioria da Casa não vai permitir. Ele queria a aposentadoria para o resto da vida. E quer impor mais um desgaste para a Assembleia ao criarmos um subteto, minha cara presidente Maria Luiza Laudano. Como é que vai criar um subteto, se há um teto que limita o salário do servidor?. O que limita o salário do funcionário público é o salário do governador, e não criar um valor diferente para o servidor. Para quê? Para ficar livre da presença do PCdoB e da cobrança do PC do B, que está cobrando do “guardador de livros” Carlos Martins que ele cumpra mais esse compromisso de dar melhoria salarial. Mas não é assim que se faz. Vamos fazer a coisa certa, deputado Paulo Rangel.

Eu acho pouco, repito, um governador do Estado ganhar R\$ 22 mil, é muito pouco pelas atribuições que tem um governador. Tem que acabar é com a demagogia barata de querer dizer que não vai aumentar o salário do governador mas querer aposentadoria para o resto da vida dele. Isso é imoral. Isso, sim, é imoral, e baterei tantas vezes quanto for necessário. Agora, querer criar um teto para atender o Sindsefaz, diferentemente do que estabelece a Constituição Federal, é mais uma vergonha que esta Casa vai sofrer.

E nós temos que lembrar que na semana passada o Tribunal de Justiça da Bahia já deu a decisão de que o salário que limita aqui no Estado é o salário do desembargador. Se a Casa aprovar um valor diferente em outra votação, rasgando mais uma vez a Constituição Federal, ignorando, botando uma viseira... Parece que somos cegos. Eu não, eu não sou cego, mas acho que cego não é aquele que Deus não deu a visão, é aquele que enxerga e não quer ver. Esses são os cegos da Bancada do

governo. Estão aqui e trazem assessores de Rui Costa. Até hoje estão aqui, imaginem dia de votação, estão aqui fiscalizando, cobrando, apavorados, o governo toda hora manda dar uma olhada porque não vê gente da Base do governo e liga para Rui Costa: Olha, só tem tal deputado. Mas merece, merece. Quem é subserviente, quem aceita esse tipo de imposição e fiscalização merece levar bronca, sim, de assessor de Rui Costa, porque não está tendo dignidade no exercício do mandato que o povo lhe concedeu.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao deputado Líder do PR, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará o deputado Luiz Augusto por todo o tempo, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Luiz Augusto por todo o tempo.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, um pouco mais cedo eu ouvi aqui a defesa do MST. Acho que devem defender o que acreditam, mas não podem querer criminalizar os grandes produtores ou o agronegócio da Bahia e do Brasil. Esse agronegócio manteve esse plano até hoje, porque tem gerado grandes divisas, tem mantido os preços dos alimentos acessíveis para a população mais carente.

Não posso admitir que chamem de criminosos, de invasores, empresários que trabalham, que suam, que batalham, e considerem aquilo que o MST fez como certo e democrático. Democrático é quando se cumpre as leis. Quando isso deixa de ser feito, aqueles que querem fazer as suas próprias leis tornam-se antidemocráticos, ditadores, porque só valem as suas leis.

Quero que a reforma agrária aconteça neste País, mas que ela seja feita de uma maneira que os assentados possam sobreviver. Quero uma reforma agrária justa também com quem tem a terra e com aqueles que a recebem. Mas não é isso o que ocorre por aí. Vou aos assentamentos e vejo aquelas pessoas – que geralmente estão saindo das periferias das cidades – vivendo em condições subumanas, sem produzir nada.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Um aparte, deputado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Concederei, deputados.

Às vezes, vejo lá no meu sertão darem 25 hectares a pessoas que voltaram das periferias das grandes cidades. Muitas delas trabalhavam comigo, saíram e agora voltaram para trabalhar de novo. Agiram assim porque estavam passando fome nos assentamentos. Falo isso porque vejo essa situação na minha região.

Eles falam: “Estamos lá para receber o título da terra para depois vender. E também para receber uma cesta básica, um certo recurso num determinado tempo”. Grande parte deles fala isso. Você vai aos assentamentos – que já são muito velhos – e constata que a maioria dos atuais proprietários já não é mais constituída pelos

mesmos que receberam a terra inicialmente. Será que esse é o modelo? Esse modelo está correto? Acho que não. Precisamos repensar esse procedimento, precisamos fazer uma reforma agrária que dê dignidade às pessoas.

Não é possível vir a esta tribuna falar que um empresário que está dentro da lei... Ora, se estiver fora da lei, entre na Justiça, que está aí para decidir se essa pessoa é grileira ou não.

Não conheço a Cutrale, não sei quem é o dono, nunca fui a uma fazenda dessa empresa, mas não acredito que ela tenha grilado essas terras há 10 anos. Será que conseguiu – justamente no Estado de São Paulo, onde as áreas são tão valorizadas – terras sem documentação, sem ter donos, há cerca de 10 anos? Claro que não. Claro que está dentro das leis vigentes no País.

E todos nós vimos o que fizeram lá. Passaram um trator em cima das plantações de laranja, derrubaram tudo. Achar aquilo correto?! Não são agricultores. Um agricultor arrumaria um local e plantaria. Aqueles, repito, não são agricultores, infelizmente.

Olha, não está correto defender aqueles que atuam à margem da lei, achando que a lei é feita por eles. Não é digno defender isso neste Parlamento. Nós fazemos leis, então não podemos defender pessoas que transgridam a lei.

Eu estava no gabinete, não iria nem descer para o Plenário agora. Mas, ante aquilo que ouvi aqui, tive que vir e defender a agricultura nacional, a agricultura baiana e os agricultores baianos.

Tenho certeza absoluta que nenhum agricultor faria o que foi feito lá. Eu não estou, aqui, defendendo o grande latifúndio, mas quero defender a terra produtiva, quero defender aqueles que investem. Só tem direito a investir aquele que investe na grande indústria? O produtor rural não pode investir na zona rural? Claro que tenho que defender!

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Com o aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Luiz Augusto, quero, aqui, parabenizar V.Ex^a por esse discurso prudente e equilibrado. Mas vou mais além. Infelizmente, deputado, na questão da reforma agrária neste País, acredito que nem 5% funciona. O que vemos, hoje, são dois tipos de reforma agrária. A primeira foi a que V.Ex^a citou muito bem, quando da terra não há qualquer condição para as pessoas produzirem e viverem em cima da reforma; e a segunda, são as invasões de terras produtivas, a exemplo da fazenda da plantação de laranja.

Igual a essa existem milhares aqui, no País, que se invade, destrói-se todo o patrimônio do produtor, patrimônio, muitas vezes, conquistado com muito suor, e não acontece nada. Está acontecendo aqui, hoje, uma inversão de valores, e os produtores que trabalham, que produzem, que geram empregos estão sendo tratados como bandidos e aqueles que usam a reforma agrária, que usam as invasões para destruir, muitas vezes até para matar, são tratados como os legalistas.

Eu tenho diversos exemplos.

E a Bahia, hoje, caminha para uma situação muito perigosa. Em diversas

invasões de terra que ocorreram neste Estado, a Justiça concedeu a reintegração de posse e o governador não manda cumprir nenhuma, independentemente de a fazenda ser produtiva ou não. Ou seja, hoje, em nosso Estado, o modelo é dar guarida a quem invade, seja essa invasão correta ou invasão ilegal, e os produtores que produzem, que geram emprego, que geram renda são tratados como bandidos, como foras da lei pelo governo do Estado.

Muito obrigado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Deputado Sandro Régis, concordo com V.Ex^a em muita coisa. Agora, não posso concordar com essa reforma agrária do jeito que está sendo feita. E culpo todos os governos, não só a este, mas aos passados também, porque o número de pequenos produtores que têm deixado suas terras, que têm vendido suas terras é muito maior do que o daqueles aos quais estamos dando terra. É muito maior, e os dados do IBGE estão aí para mostrar isso.

Estamos fazendo correto? Não. Está demonstrado, está mostrado que o pequeno produtor está vindo para a cidade, e as pessoas da periferia da cidade estão indo sofrer com a ilusão de ter uma terra lá, às vezes uma terra mal produtiva ou improdutiva. Vão passar fome lá, no campo. Essa não é a reforma agrária que penso. Esse não é o apoio ao pequeno produtor que penso. Precisamos tomar a dianteira e dar um apoio ao pequeno produtor para que o fixemos no campo.

Estou pronto para o debate, deputado Yulo, sobre esse assunto, pois é um debate do qual gosto. Gosto de falar sobre isso, gosto desse assunto, porque isso está nas minhas veias desde os meus antepassados. Tivemos fazendas da família invadidas, e houve, realmente, as reintegrações de posse. Umas foram cumpridas, outras, não. Mas não é por isso que estou lutando aqui, não, é porque quero que se faça a reforma agrária mesmo, mas se faça com justiça social a esses produtores que vão para lá para não se tornarem famintos. Eu não conheço, uma única família desses pequenos produtores do Sertão, que consiga manter os seus filhos. Quando essas crianças entram na adolescência e fazem 18 anos vão para a cidade de novo porque não conseguem sobreviver com o modelo que está sendo implantado ali. Isso é fácil. Nós precisamos fazer aqui. Vamos criar uma comissão para ajudar o governo. Vamos olhar o que está acontecendo nos assentamentos. Vamos olhar para ajudar, fazer uma autocrítica. Precisamos fazer uma autocrítica para ajudar, e fazer a crítica construtiva.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Não apenas chegar aqui e xingar um lado ou xingar o outro lado. Vamos fiscalizar isso, ver o que está acontecendo, essa é que é a discussão. Vamos ver, não é criar CPI, ser contra uma coisa, não. Vamos criar na Comissão da Agricultura. Vamos criar uma comissão especial sobre a reforma agrária na Bahia. Vamos atrás das pessoas que estão lá. Vamos ouvir as pessoas que receberam terra há 1 ano, há 5 anos, há 10 anos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Vamos ouvir, fazer um levantamento do que realmente está acontecendo lá no campo, ver se essas pessoas que receberam terra há

5, 10 anos, estão satisfeitas...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- (...)se era isso mesmo que eles pensavam quando foram para o campo. E muitos deles hoje não saem porque não têm condição, porque acabaram tudo, largaram tudo o que possuíam na cidade, quando saíram com os seus filhos. Estamos criando, com aqueles que ficam nos acampamentos uma onda de analfabetos...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- (...) que mal, mal, sabem escrever o nome, porque na zona rural não têm uma escola de 2º Grau, não têm a oportunidade de fazer uma faculdade, pelo menos na cidade essas pessoas tinham.

Estou pronto para o debate. Não corro do debate, porém sou contra qualquer ilegalidade. Lei tem que ser feita pelo Congresso, ou pela Assembleia Legislativa, e nós temos que cumprir. Aqueles que defendem passar por cima da lei apenas para defender os interesses de um movimento estão errados, e não concordo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado. O tempo de V.Ex^a está literalmente esgotado.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Obrigado pela tolerância.

Deixo aqui a minha indignação sobre o que foi falado, sobre o agronegócio da Bahia e do Brasil. Estou pronto para discutir, não estou fora da discussão deste assunto. Quero discutir de frente para não acharem que estamos correndo.

Um abraço e obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Existe um acordo de Lideranças para encerrar a sessão às 17h30min. Faltam apenas 10 minutos.

O Sr. Yulo Oiticica:- Falarei por todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra Yulo Oiticica pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Seria cômico se não fosse trágico culpar o MST pelo governo federal não fazer a reforma agrária que o MST gostaria que ele fizesse.

O MST também reclama do Governo Federal, e nesse aspecto concordo com V.Ex^a, deputado, quando a reforma agrária não é feita segundo os moldes do movimento. Portanto não podemos culpar o MST pela incompetência, muitas vezes, do Governo Federal.

Nós tivemos, feito pelo Plínio de Arruda Sampaio, um programa de reforma agrária aprovado pela FAU, que é a divisão da ONU que combate a fome no mundo. Infelizmente, esse projeto não foi implementado pelo Governo Federal porque se fosse estava nos moldes do MST. Não teríamos, a situação daquele que recebe o lote

sem o capital de giro, sem o acompanhamento técnico. Produzir o quê? Plantar com a mão? Colocar saliva em vez da semente? Não. A reforma agrária segundo o MST é a reforma agrária de consequência.

Agora, Srs. Deputados, esse é o bom debate mesmo. Primeiro, precisamos superar aquela velha ideia posta em prática na II Guerra Mundial pelo ministro de propaganda de Adolf Hitler, Dr. Goebbels, de que uma mentira repetida muitas vezes acaba virando verdade.

Lei? Cumprir a lei? Ora, senhores, ouvimos recentemente, pasmados, é verdade, e todos os brasileiros e todas as brasileiras também ouviram a Suprema Corte da Justiça brasileira batendo boca, quando o ministro Joaquim Barbosa disse ao presidente da maior Corte da Justiça brasileira, ministro Gilmar Mendes: “V.Ex^a quando se dirige a mim não está falando com os seus capangas do Mato Grosso. Respeite-me!” Olhem o que um ministro do Supremo disse ao outro! Imaginem! Lei neste País, onde o presidente da maior Corte da Justiça é acusado de ter capangas por um colega? Se tivesse ouvido de um militante do MST, este certamente estaria mofando atrás das grades!

Lei? Cadê os assassinos de Eldorado dos Carajás? Cadê os assassinos dos militantes, dos agricultores que morrem no campo? Quem é que tem milícia armada? É o MST que tem milícia armada com facão, foice, faquinhas? Ora, senhores, milícia armada é o latifúndio que tem! Quem disse que Cutrale invadiu terra não foi o MST, não! Foi o Incra que disse que a Cutrale invadiu terra da União e está lá explorando terra! Para quê? Para dar dinheiro a quem? Àquela minoria absoluta, o grande latifúndio, que exporta todo o suco de laranja que produz! Para dar dinheiro para quê? Para a Educação, para a Saúde? Não! Para dar dinheiro, sim, àqueles que sempre mamaram nas tetas de um Estado, que sempre foi privatizado!

Democracia? Lei para discutir democracia, olhem que coisa fantástica! Democracia onde? Democracia no Brasil? O nosso Estado é laico, não é? Quem acredita em Papai Noel, em Branca de Neve, aqui? Sou católico, mas o nosso Estado é laico! Temos a figura de Jesus Cristo, que muito me honra e à qual reverencio! Mas cadê as imagens das outras religiões ou até religiões que são contra imagens? O pai de santo, o Babalorixá, o pastor tem o mesmo poder do arcebispo? Sem nenhum demérito, volto a dizer: sou católico praticante, mas dizer que o Estado é laico soa Branca de Neve e os Sete Anões! Democracia? Onde é que o MST tem possibilidade de pôr o contraditório? O *Jornal Nacional* repetiu tantas vezes aquelas imagens chocantes que o MST não só nega que realizou... Está na *Folha de S. Paulo*, de quarta-feira, que Stédile, numa entrevista de meia-página, disse que fizessem uma comissão para investigar, mas uma comissão independente, não aquela que já começa com o veredito final, sentença de mérito! Que se faça uma investigação séria, deputado, porque tenho certeza de que V.Ex^a também acha que aquilo é vandalismo, mesmo! Mas sabemos quem são os vândalos deste País; quem, infelizmente, tem o manto da Justiça cobrindo-o; quem são aqueles que não toleram ouvir falar da possibilidade de igualdade ou real democracia.

Justiça? O Brasil foi o último País a “abolir”, entre aspas, a escravidão, e vai

ser o último a fazer a reforma agrária! Isso é uma vergonha! É o país em que há mais concentração de terras! Reforma agrária? Onde? Há muita luta no campo. A tentativa de destruir o MST é para impedir a resistência no campo, essa é que é a tentativa! Criminalizar o movimento social é para minar a resistência! O Brasil será o último país a realizar a reforma agrária, infelizmente! Mas, senhores, o grande latifúndio, o capital transnacional, ambos são bastante competentes! É, mas vamos lá!

Vou ler parte de um documento que faz um diagnóstico dos últimos dez anos.

(Lê) *A área de exploração de laranja no Brasil diminuiu em 400 mil hectares nesses últimos dez anos exatamente pela exploração que a Cutrale impõe aos agricultores.*

Competentes? Incompetentes, repito, incompetentes. Vejam, 400 mil hectares a menos, senhoras e senhoritas, aqui, do MST. Competente é quem gera emprego no campo. Competente é quem produz riqueza dividindo.

Neste momento, com a crise mundial, têm de dizer para nós, sabem por quê, deputados, a marolinha foi marolinha? Porque é do pequeno, não foi porque é do grande, repito, não foi porque é do grande. A marolinha foi marolinha por conta dos pequenos, ou seja, daqueles que produzem na agricultura familiar, daqueles que são pequenos comerciantes.

Aqui na Bahia, a perda na arrecadação foi por quê? Porque nós temos um modelo de desenvolvimento econômico concentrado em Salvador e na Região Metropolitana, onde a indústria e o polo petroquímico prevalecem. Sendo assim, desemprego, desemprego e desemprego e perda de arrecadação. No campo, não! Nenhum emprego a menos no campo.

E eu tenho certeza de que V.Ex^a deve fazer parte desses homens responsáveis que fazem com que os empregos no campo não só prevaleçam como também cresçam. Eu não disse aqui que todos, porque seria um absurdo, uma estupidez, dizer aqui que todos os grandes agricultores são corruptos ou coisa parecida, ou são violentos ou coisa parecida. Isso não é verdade. Eu estou pegando um caso emblemático. E o próprio MST, que tem como maior arma o diálogo, ou seja, a maior arma do MST é, exatamente, o diálogo, pois dialoga com muitos, conheço deputados aqui que já negociaram com o MST como fazer o processo de desapropriação. Tranquilo. Tudo transcorreu sem, absolutamente, nenhum tipo de debate mais acirrado, muito menos, violência de nenhuma das duas partes. Portanto, quando há vontade de ambas as partes, ou diálogo, não há conflito, nem no campo das ideias.

Logo, Srs. Deputados e Deputadas, este é o bom debate. Este é o debate que precisamos fazer. Concentração de terra no Brasil? Lei é preciso. Nós legisladores mais ainda. E este é um debate que se precisa fazer. A Constituição federal de 1988 é o quê? Uma colcha de retalhos, um monstrengo. Uma Constituição importantíssima e que foi feita num momento importante da história e batizada pelo saudoso Ulysses como a Constituição Cidadã, mas hoje é um monstro e cheio de remendos.

Concluo, Sr. Presidente, a Constituição Brasileira só perde para a Tchecoslováquia, que não existe mais, ou seja, é um monstro e é a maior Constituição do planeta. É preciso fazer uma reforma imediata da Constituição Brasileira, que há

de ser enxuta e que todos possam conhecer. Todos os advogados que existem no Brasil, a cada ano, têm de comprar uma nova edição da Constituição, porque muda todos os dias, com emendas e emendas e emendas, remendos, remendos e remendos.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o MST tem feito este debate. E eu estive, Sr. Presidente... Concluo dizendo que, só no último mês, participei do X Encontro da Juventude do MST, de encontro na Universidade Federal da Bahia para discutir o bom debate sobre a reforma agrária e participei também na Uneb com educadores do XXV Encontro de Educadores do MST.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- Concluo, Sr. Presidente, dizendo que esse movimento não só faz a devida ocupação da terra, mas faz o debate da educação científica, ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, por favor, deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- (...) da interação na agricultura...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, por favor, deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- (...) e da produção de riqueza. Calma, eu sei que V.Ex^a, também, apoia a reforma agrária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está bom.

O Sr. YULO OITICICA:- Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, conforme acertado, fica encerrada esta sessão, com retorno às 19h e reunião no Salão Nobre.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos dizendo que, após reunião entres Líderes partidários, ficou definido, pelos cálculos, que o governo indica quatro...

Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos dizendo que, conforme acertado anteriormente, vou comunicar como ficaram os cálculos partidários e que os deputados têm até hoje para indicar o nome dos membros.

A Base do governo, composta por 32 Srs. Deputados, fica com quatro; o PMDB, com oito deputados, fica com um; o PR, com seis deputados, fica com um; e o Bloco da Minoria, com 11 do DEM, um do PTN, um do PSDB e quatro do PSC, ou seja, com 17 deputados, fica com dois. Trinta e dois deputados do governo ficam com quatro; o PR com um; o PMDB com um; e o Bloco Minoritário, Bloco da Minoria, com 17 deputados, fica com dois. Esses são os cálculos para os Srs. Deputados a ser indicados, conforme acertado anteriormente.

Com relação aos suplentes, cada Bloco indica um membro, ou seja, o DEM indica um; o Bloco da Minoria, um; o Bloco do governo, um; o Bloco do PMDB, um; e o Bloco do PR, um. Cada Bloco, repito indica um, porque são quatro.

Essa é a decisão de acordo com os cálculos aritméticos.

O Sr. Fábio Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Fábio Santana.

O Sr. Fábio Santana:- Sr. Presidente, com relação ao requerimento que foi entregue a V.Ex^a, há poucos instantes, o PRP gostaria que V.Ex^a o desconsiderasse, porque, mediante uma avaliação do grupo, preferimos permanecer como estávamos.

Gostaríamos até de dizer a V.Ex^a, Sr. Presidente, perante o público, que jamais queríamos causar algum impacto a V.Ex^a, pois nossa discórdia era apenas contra o modo como se procedeu negociação, a conversação entre o Líder da Maioria e os deputados porquanto nos sentimos, digamos assim, fora do contexto, do processo de negociação e que temos, hoje, a maior satisfação de permanecer no grupo do governo do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica registrado o pedido de V.Ex^a e, por conseguinte, não mandarei publicar o requerimento que me entregou no salão nobre.

Para registrar, o Bloco da Maioria indica quatro; o PMDB indica um; o PR indica um; o Bloco Minoritário indica um.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*